

Editorial

A educação sempre esteve no centro do debate político. Na mira das polémicas, das denúncias e dos ceticismos, das dúvidas e esperanças que abrem clareiras no desejo de ascender a uma nova realidade, coloca-se sempre o sentido a dar ao trabalho educativo. A escola tem passado por inúmeras transformações, mas com o advento da sociedade capitalista e o credo exacerbado no neoliberalismo económico, a relação entre o sistema escolar e o mercado de trabalho tem-se vindo a intensificar.

Nesta relação entre o aluno e a sociedade, o ideal que escolhemos para imprimir sentido e valor ao processo educativo é essencial para se pensar a formação de professores e marcar o território da profissionalidade. Se a natureza do homem está no seu trabalho, quer dizer, no que ele faz de si mesmo, onde vamos buscar a “gasolina” do progresso? Nos resultados escolares que obedecem aos interesses do poder económico e do mercado de trabalho, apoiados num fundamentalismo tecnológico sem preocupação com a promoção da humanidade que deve existir em cada homem? Como é que o relógio da formação coloca o tempo da educação a funcionar? Será o tempo da “esteira rolante” da organização *Taylorista* e *Fordista*, que, seguindo a ditadura positivista, fragmenta o processo educativo, fecha e isola na mecânica dos postos de trabalho, colocando na “máquina” o poder de marcar o ritmo das aprendizagens na linha de montagem, afofando e silenciando o professor no frenesim de uma execução técnico-instrumental decorrente do cumprimento de ordens superiores? Ou, será o tempo de um outro saber-poder que abre e projeta o trabalho para outro imaginário formativo, será o tempo que não suspende o voo da humanidade onde reside o projeto de homem, que busca a compreensão no ponto onde “as partes”

ultrapassam as fronteiras e se interligam num todo, onde a técnica não abandona o homem (*homo humanus*) e se aprende a viver na liberdade criativa do diálogo e da prática de uma cidadania ativa?

As respostas, que forem dadas a estas questões, qualificam ou desqualificam o trabalho docente, elevam ou baixam as exigências de ensino, reproduzem a alienação (desumanização) ou a humanização. Por consequência, estas orientações têm forte impacto no desempenho profissional, exigindo diferentes tipos de formação. O grau de sujeição ou de autonomia vai ditar o significado atribuído ao ser professor. A formação de professores e a profissionalidade docente joga-se entre o funcionalismo do poder do Estado e a autonomia-*expertise* profissional, entre a falência e o desenvolvimento profissional. Esta é a problemática que reservámos para o Dossier da RLE 50, intitulado *Formación del profesorado y profesionalidad docente. Curriculum, pertinencia y experiencias*, coordenado, com elevada qualidade científica, por Alejandra Montané López, da Universidade de Barcelona e com uma Nota Introdutória própria.

A revista abre com um artigo de José María Hernández Díaz, *Portugal en la fiesta de la ciencia de la universidad en España*. Para o autor, a educação sempre teve um papel decisivo na construção de identidades pessoais e coletivas, como o ser português ou o ser espanhol, e na construção de imaginários do outro, que é considerado adversário, inimigo e para o qual são estabelecidas fronteiras físicas ou imaginadas. As relações históricas entre Portugal e Espanha, que no passado secular, eram conflitantes, exigiam uma legitimidade educativa a partir da escola, da esfera familiar ou dos espaços de sociabilidade. Também a partir de um lugar tão simbólico e solene quanto o paraninfo universitário na celebração anual do chamado Festival da Ciência, alimentam-se ou eliminam imaginários (Espanha para Portugal). Fazendo hermenêutica das aulas inaugurais dos anos letivos em estudo, seis das preleções em universidades espanholas de um total de 2.165 unidades diferentes, de 1939 a 2019, nota-se uma evolução explícita desse imaginário em relação a Portugal. No estudo em questão, o autor confirma a evolução produzida nos discursos inaugurais, desde posições de reserva distanciadas até uma leal colaboração ibérica respeitando os seus próprios direitos e idiosincrasias. Essa mudança de direção ocorreu desde a incorporação simultânea da Espanha e de Portugal na União Europeia, em 1986.

De seguida, Maria João de Carvalho e Luciana Joana apresentam-nos o estudo *Uma análise comparada: sistemas inspetivos de alguns países*. As autoras referem que são reconhecidos os esforços de diversos países na criação de organismos cuja responsabilidade principal é a de garantir o cumprimento de padrões altos de qualidade no ensino que se ministra. Partindo do pressuposto de que as várias propostas teóricas situam a Inspeção da Educação em campos cujos terrenos fazem variar a forma como é percecionado e entendido, traçaram como objetivo realizar uma análise comparativa entre sistemas inspetivos de alguns países, possibilitando a construção

de uma teia de características e especificidades que individualizam cada um deles e permite uma maior e mais profunda compreensão do sistema inspetivo português. Foi possível verificar a existência de um corpo inspetivo plural que, a nível organizacional, vai gozando de um maior ou menor grau de dependência em relação ao ministério que serve, revelando o nível de centralização das políticas educativas de cada país e a confiança que é depositada na organização enquanto organismo responsável por garantir e promover uma educação de qualidade.

No final, incluem-se duas resenhas. A primeira é da autoria de Maria Neves Gonçalves, José V. Brás e Lucimar Dantas sobre uma obra organizada por Carlos Sánchez-Valverde Visis e Alejandra Montané López, intitulada *La educación social en los extremos: justicia social y paradojas de la práctica*. Foi publicada em 2020, sob a chancela do Institut de Creativitat i Innovacions Educatives da Universidade de Valência. Tendo por referência o prefácio assinado por Miquel Gómez Serra, o livro contou com a colaboração de um leque de renomados investigadores e profissionais do terreno no campo da educação social. Diremos que o livro em análise apresenta diversas abordagens teóricas aliadas a um trabalho hermenêutico multidimensional e a diferentes posicionamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos sobre a educação social. Deste modo, prefigura-se como um importante suporte a todos quantos centram a sua atenção investigativa e trabalho profissional sobre a educação social. E tem uma importância assinalável por evidenciar a necessidade de se ter uma visão positiva das contradições e dos paradoxos existentes no campo da educação social, sublinhando que esses paradoxos e contradições são importantes para o debate e o progresso deste campo disciplinar. Lança-nos com isso o ideal de esperança para todos aqueles que trabalham nesta área de intervenção.

Uma segunda resenha é apresentada por Minéa Paschoaleto Fratelli, sobre um livro organizado por Manuel Tavares e Eduardo Santos. *Novos Modelos de Educação Superior*, publicado em 2020, em Curitiba. Como se sabe, a educação superior tem sido objeto de análise de muitos estudos nos últimos anos. Porém, as mudanças pelas quais a educação superior tem passado, nomeadamente, acesso, estrutura, modelos pedagógicos, entre outros, torna essa análise necessária e, diga-se, urgente porque envolve o paradigma do conhecimento hegemónico que ainda está a assolar, por meio de modelo idealizado, as universidades do país. Para além da discussão sobre o acesso que, mesmo em ascendência no Brasil, está muito longe de ser universalizado, a descolonização da universidade aparece como pauta urgente em detrimento ao processo regulatório transnacional que reconfigura os modelos das instituições de educação superior respondendo aos anseios do mercado. O livro chama a nossa atenção para os referenciais ditados pelas agências multilaterais como o Banco Mundial, a OCDE, a OMC que, entre outras, influenciam os modelos de educação superior que sustentam os ideais coloniais, neoliberais e hegemónicos pelo arquétipo

do conhecimento enquanto mercadoria. Anseiam pelo Estado mínimo em favor das organizações supranacionais.

No cumprimento de uma das rubricas da política editorial da Revista Lusófona da Educação, divulgam-se, neste número, alguns resumos de Dissertações de Mestrado defendidas no Instituto de Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Lisboa, Dezembro 2020

António Teodoro, José V. Brás & Maria Neves Gonçalves